

	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.	Reversão (provisão) de "Impairment"	Líquido	Saldo em 2024
Ferramentas	2.812	177	(75)	-	-	2.914	2.934
Máquinas e equipamentos - operacional	720.245	55.806	(6.575)	-	2.170	753.669	753.669
Equipamentos de informática	44.706	656	(675)	-	-	4.928	4.928
Sistemas aplicativos	6.231	93	-	-	-	6.324	6.324
Móveis e utensílios	4.235	59	(2)	-	-	4.292	4.292
Beneficiárias em imóveis de terceiros	2.137	-	(667)	-	-	1.470	1.470
Total	740.607	56.791	(25.931)	-	-	2.170	773.617

e) Movimentação da depreciação acumulada - Controladora:

	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Reclass.	Saldo em 2025
Ferramentas	(2.299)	(155)	18	-	(2.436)
Máquinas e equipamentos - operacional	(278.566)	(42.196)	16,63	9,061	(295.488)
Equipamentos de informática	(4.356)	(283)	671	-	(3.968)
Sistemas aplicativos	(5.047)	(471)	-	-	(5.518)
Móveis e utensílios	(1.429)	(775)	2	-	(2.202)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(1.905)	(96)	576	-	(1.425)
Total	(294.368)	(43.825)	16.700	9,061	(312.432)

Saldo em 2023 Adições Baixas Transf. em 2024

	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.	em 2024
Ferramentas	(2.258)	(106)	65	-	(2.299)
Máquinas e equipamentos - operacional	(247.592)	(40.308)	8,944	-	(278.956)
Equipamentos de informática	(4.356)	(283)	671	-	(3.968)
Sistemas aplicativos	(5.047)	(471)	-	-	(5.518)
Móveis e utensílios	(1.429)	(775)	2	-	(2.202)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(1.905)	(96)	576	-	(1.425)
Total	(262.587)	(42.039)	10.578	-	(294.368)

f) Movimentação da depreciação acumulada - Consolidado:

	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Reclass.	em 2025
Ferramentas	(2.499)	(174)	18	-	(2.656)
Máquinas e equipamentos - operacional	(340.844)	(52.312)	17,251	9,061	(366.843)
Equipamentos de informática	(3.969)	(292)	79	-	(4.181)
Sistemas aplicativos	(5.589)	(349)	-	-	(5.938)
Móveis e utensílios	(2.229)	(777)	-	-	(3.006)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(1.425)	(75)	-	-	(1.500)
Total	(356.555)	(53.979)	17.348	9,061	(384.124)

Saldo em 2023 Adições Baixas Transf. em 2024

	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.	em 2024
Ferramentas	(2.419)	(145)	65	-	(2.499)
Máquinas e equipamentos - operacional	(301.740)	(49.837)	10,733	-	(340.844)
Equipamentos de informática	(4.356)	(284)	671	-	(3.969)
Sistemas aplicativos	(5.099)	(490)	-	-	(5.589)
Móveis e utensílios	(1.452)	(779)	2	-	(2.229)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(1.905)	(96)	576	-	(1.425)
Total	(316.971)	(51.631)	12,047	-	(356.555)

15.3. Análise de perda do valor recuperável dos ativos ("impairment"): A Companhia monitora o desempenho financeiro e operacional das unidades geradoras de caixa ("plantas"), tendo como objetivo identificar indicações de perda de valor recuperável. As perdas por valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo ou planta excede o valor recuperável estimado, conforme critérios apresentados abaixo. O valor recuperável de um ativo ou uma unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seus valores presentes por meio de uma taxa de desconto antes de impostos de refiluxo e os riscos de mercado quando ao período de recuperabilidade do capital e os valores específicos do ativo. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa e os fluxos de caixa futuros estimados são independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidade geradora de caixa). Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução do valor recuperável reconhecida em períodos anteriores é avaliada a cada encerramento de exercício para qualquer indicação de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução do valor recuperável é revertida somente se o valor contábil no ato não exceder o valor contábil que teria sido aprovado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Para efeitos dos testes de análise de perda do valor recuperável de tais ativos de vida finita, foi definido um conjunto de premissas, das quais destacamos as mais relevantes abaixo: - Utilização do método de valor em uso, sendo determinado fluxo de caixa descontado para cada projeto identificado como unidade geradora de caixa; - Fluxo de caixa projetivo, em termos reais, que possui prazo definido para cada contrato, sendo a receita estimada baseada nas condições atuais acordadas entre as partes e os custos e despesas estimadas na melhor expectativa de ocorrência, sendo levado em conta o histórico; - Taxa de desconto WACC de 6,36% líquida dos impostos (8,64% em 2024) sem atribuição de prêmio específico na estrutura da taxa pois a Companhia não se considera formada por risco de mercado; - Valor da provisão para redução do valor recuperável de R\$6.094 e R\$5.234 em 31 de dezembro de 2024, registrados dentro da linha Máquinas e equipamentos - operacional; **16. Intangível:** **16.1. Política contábil:** Compreendem custos de projetos mensurados pelo custo total de aquisição e intangíveis identificados na aquisição de suas controladas avaliadas a

18.2. Composição e movimentação:

Moeda	Vencimento	Encargos	31/12/2024	Amortização	Atualização monetária	31/12/2025
Controladora						
Mitsui	RS	Jul/2025	TJP + 2,0% a.a.	2.868	(2.867)	(1)
Mitsui	RS	Fev/2025	CDI + 100%	20.885	(20.168)	(717)
Custos de transação	RS			(17)	-	48
Total			23.737	(23.035)	(702)	-
Circulante			23.716	-	-	-
Não circulante			21	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia cumpriu todas as cláusulas de "covenants" estipuladas em seus contratos financeiros a serem cumpridos na respectiva data-base. A Companhia não está sujeita a cláusulas de covenants em 31 de dezembro de 2025.

19. Impostos e contribuições a recolher:

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
ICMS	5.510	203	9.699	3.959
PIS / COFINS	1.121	194	2.002	2.002
ISS	168	167	1.175	174
Outros impostos (*)	525	545	1.342	1.469
Total	7.324	2.109	13.299	7.604
Não circulante	7.324	2.109	12.657	6.880
Circulante	-	-	642	724

(*) Referem-se às retencões de impostos (imposto de renda, CSLL, ISS, PIS, COFINS e INSS) de fornecedores de serviços. **20. Salários, provisões e encargos sociais:** **20.1. Política contábil:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas corrente de redução do valor recuperável. As despesas de curto prazo são mensuradas com base nos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável. **20.2. Composição:**

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Providência social a recolher	778	2.345	868	2.410
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	309	277	434	390
IRRF sobre folha de pagamento	591	636	631	671
Provisão de férias e encargos	4.187	4.150	4.461	4.392
Provisão para bônus	3.503	3.926	3.998	4.13
Outros valores a pagar	383	51	400	180
Total	9.751	11.385	10.490	12.178

21. Provisão para riscos fiscais, civis, trabalhistas e ambientais: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou contratual presente como resultado de um evento passado, cujo valor é estimado de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do cumprimento das suas operações, envolvendo aspectos trabalhistas e tributários. A demanda judicial presente com base em informações de seus advogados em 31 de dezembro de 2024, contingências Controlada Ecogen Rio. A Controlada Ecogen Rio possui contingências passivas civil e tributária, classificadas como provável de perda no montante de R\$17.057 (R\$15.257 em 31 de dezembro de 2024), para as quais foi reconhecida uma provisão para contingências, registrada na rubrica "Provisão para Riscos". Do montante reconhecido, o valor de R\$15.754 (R\$14.226 em dezembro de 2024) é representado por uma ação civil, em que um ex-cliente da controlada, impetrou com ação civil de perdas e danos devido ao não cumprimento do escopo de dois contratos. Ocorre que, após a constituição de perito judicial, o laudo apresentado foi desfavorável a controlada, e embora o laudo ainda não tenha sido homologado em juízo, e as partes não apresentaram os pedidos de esclarecimentos e as referidas impugnações, a avaliação dos assessores jurídicos é de que a lide é classificada como provável de perda. Quanto à contingência tributária, trata-se de Embargos à Execução Fiscal opostos com vistas à desconstituição de alegados débitos de ICMS-ST, apurados no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2010 e exigidos por meio da Execução Fiscal nº 074.177-76.2014.8.13.0024, o valor atualizado é de R\$1.186 (1.030 em dezembro de 2024). As demais causas referem-se a processos trabalhistas classificados como de perda provável, cujo valor total provisionado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$115. Conforme o Contrato de Compra e Venda de Ativos da Companhia, assinado em 4 de outubro de 2018, entre a Companhia e a antiga Controladora Light S.A., a responsabilidade pelos custos de aquisição de bens, eventuais condenações judiciais anteriores a data do "closing" e da Light S.A. Em caso de ressarcimentos pela Light S.A. a atual Controladora cederá o montante ressarcido a Companhia para equalizar os efeitos de quaisquer desembolsos de caixa provenientes de condenações desses respectivos processos. Considerando o fato exposto acima, a Companhia constituiu, na rubrica de Outros Créditos, classificações no ativo não circulante, um ativo de mesmo montante (R\$16.941 em 31 de dezembro de 2025) para fazer frente ao pagamento de uma eventual condenação, é importante destacar que o valor em questão está protegido pela modalidade de conta garantida, "escrow account", eliminando assim qualquer possibilidade de perda. A Ecogen Rio possui ações judiciais civis, trabalhistas e tributárias em curso as quais é parte do polo passivo, com probabilidade de perda possível que somam o montante de R\$5.359 (R\$5.359 em 31 de dezembro de 2024). **22. Patrimônio líquido:** **a) Capital Social:** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O capital social subscrito e integrado em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é de R\$338.878 e está representado por 338.878,326 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo 338.878,326 de propriedade da Mitsui & Co. Ltd. e 1 ação de propriedade da Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. **b) Reserva de Lucros:** Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **c) Lucro Sobre o Capital Próprio:** Em conformidade com a legislação societária aplicável, a Companhia deliberou, o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, como forma de remuneração do capital investido. O montante deliberado totalizou R\$30.000 (R\$25.500 líquido de impostos), calculado com base nos critérios estabelecidos pela lei vigente, observados os limites legais e a existência de lucros e reservas suficientes. Os Juros sobre o Capital Próprio são reconhecidos contabilmente como destinação do resultado, com registro diretamente no patrimônio líquido, não sendo tratados como despesa na demonstração do resultado do exercício. O pagamento do JCP foi realizado em 18 de dezembro de 2025, estando sujeito a retenção do imposto de renda na fonte, conforme a legislação vigente. **d) Ajuste de avaliação patrimonial:** Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de ajuste de avaliação patrimonial está composto pelo valor justo do contrato de NDF utilizado para proteção de preço em dólares americanos (USD) de importações em andamento de maquinários, líquidos de impostos, maiores detalhadas na nota explicativa 29. **e) Lucro por ação:** Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido com os montantes usados para calcular o lucro básico por ação. A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas. Portanto, não há efeitos diluções sobre o lucro básico por ação demonstrado a seguir: **2025** **2024**

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	37.718	35.356
Média ponderada das ações ordinárias em circulação - em milhares	338.878	338.878
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,11	0,10
23. Receita operacional: 23.1. Política contábil: A Companhia possui receitas de vendas de produtos, serviços e equipamentos. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita ou os serviços são concluídos.		

Apresentado como:

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Impostos diferidos - ativos	(30.632)	(31.878)	(30.632)	(31.878)
Impostos diferidos - passivos	(30.632)	(31.878)	(30.632)	(31.878)
(A) A Companhia incorporou suas controladoras indireta (MESE) e direta (Ecopart) em 2016, as quais, passivamente, respectivamente, saldos de imposto de renda e contribuições sociais diferidos de R\$40.016 (ativo) e R\$13.842 (passivo). O saldo passivo decorrente da aquisição da Ecopart é decorrente da aquisição da Companhia, com deságio em 8 de julho de 2008. O saldo ativo anteriormente registrado na MESE é decorrente da aquisição do investimento na Ecopart, com ágio, em 20 de dezembro de 2012. (B) Os saldos de diferenças temporárias referem-se a provisões não dedutíveis que serão posteriormente convertidas em lucros tributáveis. A Administração financeira reconhece as diferenças decorrentes das diferenças temporárias sempre realizadas quando da realização de tais provisões. (C) A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Diretoria relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, também reconheceu créditos tributários sobre parte dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, que não têm prazo prescricional e cuja contribuição está limitada a 30% dos lucros tributáveis futuros considerados estimativas que estão relacionadas, entre outras, com o desempenho da Companhia, assim como o comportamento de maior perda de atuação e determinados aspectos econômicos. Os valores reais podem diferir das estimativas adotadas. (D) O imposto de renda e a contribuição social de exercícios passivos, no montante de R\$38.140 (R\$40.237 em 31 de dezembro de 2024), foram registrados para refletir os efeitos das diferenças temporárias entre a base fiscal e contábil a respeito da vida útil dos ativos. A Companhia estima que o ativo de imposto de renda e contribuição social sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social será realizado da seguinte forma:				
Controladora	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
2026	3.259	1.173	4.432	
2027	4.908	1.767	6.675	
2028	783	270	1.053	
Total	8.950	3.222	12.160	
Ecogen Rio	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
Exercício	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
2026	360	130	490	
2027	278	460	1.738	
2028	127	81	308	
Total	1.965	671	2.636	

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais e créditos a serem utilizados para compensar os seguintes valores-base:

	Controladora	Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Prejuízos fiscais	35.766	35.766	
Créditos negativos de contribuição social	-	-	
Ecogen Rio	Prejuízos fiscais	Base negativa de contribuição social	Total
Exercício	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2026	360	130	490
2027	278	460	1.738
2028	127	81	308
Total	1.965	671	2.636

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais e créditos a serem utilizados para compensar os seguintes valores-base:

	Controladora	Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Prejuízos fiscais	35.766	35.766	
Créditos negativos de contribuição social	-	-	
Ecogen Rio	Prejuízos fiscais	Base negativa de contribuição social	Total
Exercício	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2026	360	130	490
2027	278	460	1.738
2028	127	81	308
Total	1.965	671	2.636

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(14.267)	(19.205)	(15.508)	(18.534)
Diferencial de alíquota de imposto	24	24	48	48
Efeito das remunerações não dedutíveis	(347)	(756)	(901)	(1.841)
Equivalência patrimonial	117	(1.182)	(522)	489
Juros sobre Capital Próprio	10.200	-	10.200	-
Resultado do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(4.243)	(21.127)	(6.014)	(19.846)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.246	(8.641)	855	(6.668)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(5.489)	(12.487)	(6.869)	(12.487)
Total	10%	37%	14%	36,4%

Os encargos tributários, as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis. **29. Instrumentos financeiros:** **a) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhecidos mensurados na sua totalidade ao custo de amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorárias e honorários pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do instrumento financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. **b) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos mensurados na sua totalidade ao custo de amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorárias e honorários pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do instrumento financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. **c) Lucro sobre o Capital Próprio:** Em conformidade com a legislação societária aplicável, a Companhia deliberou, o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, como forma de remuneração do capital investido. O montante deliberado totalizou R\$30.000 (R\$25.500 líquido de impostos), calculado com base nos critérios estabelecidos pela lei vigente, observados os limites legais e a existência de lucros e reservas suficientes. Os Juros sobre o Capital Próprio são reconhecidos contabilmente como destinação do resultado, com registro diretamente no patrimônio líquido, não sendo tratados como despesa na demonstração do resultado do exercício. O pagamento do JCP foi realizado em 18 de dezembro de 2025, estando sujeito a retenção do imposto de renda na fonte, conforme a legislação vigente. **d) Ajuste de avaliação patrimonial:** Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de ajuste de avaliação patrimonial está composto pelo valor justo do contrato de NDF utilizado para proteção de preço em dólares americanos (USD) de importações em andamento de maquinários, líquidos de impostos, maiores detalhadas na nota explicativa 29. **e) Lucro por ação:** Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido com os montantes usados para calcular o lucro básico por ação. A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas. Portanto, não há efeitos diluções sobre o lucro básico por ação demonstrado a seguir: **2025** **2024**

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(14.267)	(19.205)	(15.508)	(18.534)
Diferencial de alíquota de imposto	24	24	48	48
Efeito das remunerações não dedutíveis	(347)	(756)	(901)	(1.841)
Equivalência patrimonial	117	(1.182)	(522)	489
Juros sobre Capital Próprio	10.200	-	10.200	-
Resultado do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(4.243)	(21.127)	(6.014)	(19.846)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.246	(8.641)	855	(6.668)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(5.489)	(12.487)	(6.869)	(12.487)
Total	10%	37%	14%	36,4%

Os encargos tributários, as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis. **29. Instrumentos financeiros:** **a) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhecidos mensurados na sua totalidade ao custo de amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorárias e honorários pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do instrumento financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. **b) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos mensurados na sua totalidade ao custo de amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorárias e honorários pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. **c) Lucro sobre o Capital Próprio:** Em conformidade com a legislação societária aplicável, a Companhia deliberou, o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, como forma de remuneração do capital investido. O montante deliberado totalizou R\$30.000 (R\$25.500 líquido de impostos), calculado com base nos critérios estabelecidos pela lei vigente, observados os limites legais e a existência de lucros e reservas suficientes. Os Juros sobre o Capital Próprio são reconhecidos contabilmente como destinação do resultado, com registro diretamente no patrimônio líquido, não sendo tratados como despesa na demonstração do resultado do exercício. O pagamento do JCP foi realizado em 18 de dezembro de 2025, estando sujeito a retenção do imposto de renda na fonte, conforme a legislação vigente. **d) Ajuste de avaliação patrimonial:** Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de ajuste de avaliação patrimonial está composto pelo valor justo do contrato de NDF utilizado para proteção de preço em dólares americanos (USD) de importações em andamento de maquinários, líquidos de impostos, maiores detalhadas na nota explicativa 29. **e) Lucro por ação:** Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido com os montantes usados para calcular o lucro básico por ação. A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas. Portanto, não há efeitos diluções sobre o lucro básico por ação demonstrado a seguir: **2025** **2024**

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(14.267)	(19.205)	(15.508)	(18.534)
Diferencial de alíquota de imposto	24	24	48	48
Efeito das remunerações não dedutíveis	(347)	(756)	(901)	(1.841)
Equivalência patrimonial	117	(1.182)	(522)	489
Juros sobre Capital Próprio	10.200	-	10.200	-
Resultado do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(4.243)	(21.127)	(6.014)	(19.846)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.246	(8.641)	855	(6.668)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(5.489)	(12.487)	(6.869)	(12.487)
Total	10%	37%	14%	36,4%

Os encargos tributários, as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis. **29. Instrumentos financeiros:** **a) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhec